

Debate e Votação do Programa do XIV Governo Regional dos Açores

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores,

Senhoras e Senhores Secretários Regionais,

Açorianas e Açorianos

Na primeira intervenção que faço desta tribuna, começo por dirigir uma saudação ao Senhor Presidente da Assembleia e aos distintos membros da mesa, formulando votos dos maiores sucessos no exercício das suas funções, bem como idêntica saudação a todas as Senhoras e Senhores Deputados que constituem o Parlamento dos Açores.

Saudação extensiva, ao Senhor Presidente do Governo e a todos os membros do XIV Governo Regional. Com votos de que vosso e nosso trabalho seja sempre pautado pelos interesses dos Açorianos,

Enquanto contributo, para a construção, exercício e fortalecimento de uma Autonomia Regional, que jurámos respeitar, no quadro da Constituição da República Portuguesa

O Partido Socialista (re)afirma-se como um Partido de abril, com valor reforçado em tempos do seu cinquentenário, na persecução dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, face aos compromissos assumidos e sufragados pela participação democrática dos cidadãos.

Os açorianos foram claros, no passado dia 4 de fevereiro, atribuindo ao Partido Socialista 23 mandatos neste parlamento, logo a função de maior partido da oposição, na representação dos 35,91% dos eleitores que nos depositaram a sua confiança.

À coligação de partidos PSD/CDS/PPM, que venceu as eleições, ficaram afetos 26 mandatos, em representação de 42,8% dos eleitores, tendo optando por formar governo, com apoio minoritário, no quadro dos 57 deputados que compõem este parlamento.

É neste contexto que o XIV Governo Regional, solicita a esta Assembleia a aprovação do seu Programa, enquanto condição para o início pleno das suas funções, onde, devem constar as principais orientações políticas e medidas a adotar, no exercício da actividade governativa.

Decorridos 3 dias de debate, constata-se sobretudo um documento de continuidade, em jeito de relatório e de justificação das opções mantidas até ao momento.

Como se tudo tivesse corrido bem até aqui.

Como se a chegada a este momento, não fosse da única e exclusiva responsabilidade desta coligação, face à situação que criou e em que se meteu.

Apresentando, mais do Mesmo para os Açores.

Apregoando a humildade democrática

Embora num exercício, de arrogância democrática!

Quando no dia das eleições, o líder do PPD/PSD (e da coligação) fechou as portas a qualquer entendimento, assumindo que “...formaria um governo minoritário...” e que “...não admite outra solução que não esta...”;

Ou mesmo no dia da sua posse o líder do PPD/PSD (e da coligação), reitera a intenção de formar um governo de “...**continuidade à via alternativa de governação não socialista...**”;

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

Para o Partido Socialista, a Coesão dos Açores é uma opção estratégica de intervenção em matéria de políticas com destaque para as áreas económica, social e territorial. Espera-se que estas estejam articuladas e funcionem de forma convergente, assegurando a sua boa prossecução a bem dos Açores e dos Açorianos.

Para nós, o crescimento económico tem como pressuposto melhorar a qualidade de vida das pessoas, reduzindo disparidades e no caminho da igualdade de oportunidades. Temos, bem sei, perspetivas muito diferentes sobre este assunto. Nós entendemos que as características e dimensão do nosso mercado interno, assim como o acesso aos mercados externos são desafios permanentes, dos quais não nos podemos desviar. Entendemos que é fundamental um modelo de desenvolvimento económico, assente nos princípios da sustentabilidade e da complementaridade da oferta que cada ilha, ou grupo de ilhas, possui.

Passado este tempo, o Governo da coligação ainda não conseguiu definir uma política de transportes concreta. Assume, a genérica

premissa, de que “A mobilidade terrestre, aérea e marítima desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico e na coesão social dos Açores”. Mas o problema é mesmo esse. É genérica, não desenvolve e não se percebe como se reflete na Região!

A criação de um mercado interno era uma “prioridade estratégica”. O Governo ia aumentar o potencial dos pequenos produtores, a visibilidade e identidade produtiva de cada ilha; Dizia-se, até, que o mercado interno regional, era indissociável do modelo de transportes.

O Governo ia criar um modelo de transporte marítimo, que não foi criado, e que de então para cá, deixou de ser “prioridade estratégica” para passar a uma breve referência: “a promoção de transportes acessíveis e frequentes para passageiros, juntamente com soluções eficientes de transporte de mercadorias”

la implementar-se um sistema eficaz de transporte aéreo do pescado, que o faria “chegar rapidamente aos mercados relevantes, a custos competitivos”

O que dizer agora, quando as ilhas das Flores e do Corvo não conseguem escoar peixe fresco para os mercados destinatários, com constrangimentos a pescadores e armadores, degradando os preços de venda em lota e conseqüente perda de rendimento.

Quais são as soluções apresentadas no Programa do XIV Governo Regional dos Açores? Não encontramos nada, a não ser respostas vagas. Já nem o avião cargueiro, que foi anunciado como certeza, posto inclusivamente em outdoors, consta das páginas do documento, que nestes três dias debatemos aqui!

Para o PS é fundamental desenvolver circuitos logísticos ágeis, capazes de colocar, de forma célere e económica, as produções de cada ilha, as produções de cada uma das ilhas, quer no mercado interno, quer no exterior. O foco deveria estar na utilização e na conjugação de meios de chegada aos mercados, com a celeridade necessária, para acrescentar valor à produção regional.

O Governo pretende implementar uma Agenda para a Economia Circular?

Mas, como é que isso se faz sem haver uma visão de desenvolvimento sustentável e integrado dos territórios, que envolva os vários protagonistas com responsabilidade e atividade local como defende o Partido Socialista?

Não se faz.

Não passará do papel, como não passaram tantas medidas já anunciadas, e agora continuadas!

O Governo Regional dos Açores esgota a Coesão Territorial na Tarifa Açores. Uma boa medida, já o dissemos, mas que não cumpre, por si, só a Coesão Territorial nos Açores.

Para o PS/Açores, a Coesão Territorial está intrinsecamente relacionada com a capacidade de mobilidade de pessoas e bens, dentro de cada ilha, interilhas e com o exterior, ao contrário do caminho até agora percorrido.

Na Agenda de Governação 2024-2034, o programa eleitoral do PPD/CDS/PPM promete aos Açorianos “Explorar oportunidades para a eventual alocação de navios a operações sazonais entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel, bem como Terceira e Graciosa, numa operação ponto-a-ponto, de mercadorias e passageiros”. No

Programa do Governo, a intenção já não é a mesma. Passa a ler-se “Explorar oportunidades para a eventual alocação de navios a operações sazonais entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel, numa operação ponto-a-ponto, de passageiros e viaturas”.

Persistem assim, algumas questões:

- Porque é que “caíram” as rotas da Terceira e da Graciosa?
- Porque se anuncia o desvio do “Mestre Feijó”, para as rotas de São Miguel/Santa Maria, quando já sabemos que não terá capacidade de resposta, face à procura já registada?
- Estão salvaguardadas as infraestruturas de fornecimento de energia, nos Portos, onde se prevê a operação de navios elétricos?
- Quanto tempo terá de esperar uma emergência médica, pela recarga, de um navio elétrico?
- Obrigarão os passageiros e viaturas, na rota Velas/Horta, a desembarcar e a embarcar quantas vezes, para que consigam chegar ao seu destino?
- Os novos navios terão autonomia para assegurar a operação que hoje se realiza, nomeadamente numa rota de Velas/São Roque/Madalena/Horta?

Como sabem, o Partido Socialista discorda absolutamente da extinção do transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores e entendemos que essa opção política, que permanece no programa do XIV Governo Regional dos Açores, comprometeu, compromete e comprometerá, seriamente, a mobilidade dos Açorianos e de quem

nos visita, assim como compromete o desenvolvimento e a Coesão no nosso arquipélago.

Dizia-se que “Os estudos é que nos diriam o que deveria ser e qual o melhor modelo e mais económico”

A avaliar pelo que se lê no Programa do Governo, de nada serviu fazer os estudos, porque medidas reais, verdadeiras, que respondam à necessidade das pessoas, dos empresários, ninguém as vê, ninguém sabe delas. Se o Governo sabe, ou não sabe, desconhecemos, porque o lugar onde de facto deviam estar explicitas, seria exatamente neste documento e, efetivamente, não estão! E nós, achamos que deveriam estar!

Em 2020, o Programa do Governo Regional dos Açores anunciava, para o transporte aéreo, a intenção de “Realizar um estudo de sustentabilidade da operação e impacto económico, a possibilidade de alargar a liberalização das rotas para o Faial, Pico e Santa Maria, para além das rotas para São Miguel e Terceira.”

Até agora desconhece-se o resultado desse estudo, e o Programa, ora em discussão, fica-se por uma espécie de constatação de que “Tendo em conta a mutabilidade dos operadores turísticos e empresas de transporte aéreo presentes nos Açores, importa diminuir a dependência da Região em relação aos operadores e rotas instituídas, procurando, permanentemente, a diversificação dos agentes e das rotas que servem a Região, na linha do esforço que tem vindo a ser realizado pelo Governo” (p.67 do programa). Como? Quando? Com quem? Não se sabe, mas o Governo deverá saber certamente.

Sobre o regime de acessibilidades aéreas à Região, potenciador de Turismo, pouco se diz também, para além de considerações muito genéricas. O mesmo sobre o desafio da sazonalidade e a sua atenuação, o qual se constitui como um dos maiores constrangimentos à atividade dos agentes do sector. As duas medidas apresentadas ignoram total, e absolutamente, a condição dos trabalhadores. Deviam optar por criar, como defendemos no nosso programa eleitoral, programas de incentivo à diminuição da sazonalidade bem como adequar as condições de empregabilidade à necessidades do sector.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Não podemos estar de acordo com a linha orientadora, de continuidade, deste Governo Regional. Não concordámos em 2020; não concordámos em nenhum dos Planos e Orçamentos até novembro do ano passado, aqui apresentados, e não vamos concordar com este Programa, que – pelas palavras do Senhor Presidente do Governo, a 8 de fevereiro, foi sufragado pelos açorianos, que votaram na Coligação, mesmo antes de ser apresentado!

A avaliar por algumas dissonâncias entre o Programa eleitoral e o programa de Governo, poder-se-á pensar que a Coligação não disse toda a verdade aos açorianos? Que terão pensado os Agentes Culturais da Região, quando viram que afinal a revisão do Regime Jurídico das Atividades Culturais não consta do Programa, que aqui debatemos, mas constava no Programa Eleitoral do PSD, do CDS e do PPM?

A degradação das finanças públicas regionais, que levou a dívida da Administração Regional dos Açores, de acordo com o Banco de Portugal, a ultrapassar os 3.159 milhões de euros, no final do terceiro trimestre de 2023, o que representa um aumento de 31% ou de 754 milhões de euros, em apenas 33 meses. A consequência deste expressivo acumular de dívida, num contexto de elevadas taxas de juro, que traduzem um montante de juros superior a 60 milhões de euros em 2024, ultrapassando as receitas de IRC da Região.

Este Programa reserva ao assunto das finanças públicas, duas páginas e meia, autoelogiando-se com afirmações como “A transparência da gestão das contas públicas tem de continuar a ser um desígnio do XIV Governo Regional”

Para o PS, a redução da dívida pública face ao PIB é condição indispensável para o exercício da Autonomia e para melhorar a capacidade do Governo em servir os Açorianos e os Açores.

De forma a controlar o ritmo galopante de crescimento da dívida bruta, a reduzir os elevados défices orçamentais e a recuperar os atrasos nos pagamentos de apoios e de faturas aos fornecedores, o PS/Açores defenderá, para o período 2024-2028:

- uma redução do défice orçamental, convergindo com o limite de 3% do PIB constante do Tratado de Funcionamento da União Europeia;
- promover uma gestão da dívida pública, através de renegociações e reembolsos de dívida sempre que as novas condições de financiamento se revelarem mais favoráveis ou, por exemplo,

- implementar uma Estratégia Macro Orçamental para a legislatura, a aprovar pela Assembleia Legislativa dos Açores, através de Decreto Legislativo Regional!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Secretários Regionais,

Para o Partido Socialista, como muitas vezes tem sido defendido, a Política de Educação necessita de ser centrada no aluno e no seu sucesso educativo. Por isso mesmo, não se percebe, porque que o Programa do XIV Governo Regional dos Açores, tenha feito desaparecer o PROSUCESSO, criando em sua substituição medidas avulsas, e desarticuladas.

O PS defende que é necessário apostar na formação dos professores tutores, para combater as desigualdades; apoiar as escolas na formação continua dos seus docentes, nas áreas que considerem mais necessárias, e que não estão a ser actualmente consideradas; combater as taxas de abandono precoce da educação e formação através de uma ação dupla: uma na prevenção, garantindo que a maioria dos alunos conclua a sua escolaridade em 18 anos, e outra, assegurando a manutenção de oferta educativa para quem saiu do sistema; bem como priorizar a qualidade da educação pré-escolar, enquanto preditor de sucesso educativo e instrumento essencial no combate às desigualdades sociais!

Defendemos a atualização e reforço da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social e é com preocupação que não

a vemos referida neste Programa, assim como, também é com grande preocupação que, assistimos à subida da taxa de pobreza que (re)posiciona os Açores na cauda do País, tenha neste programa referências demasiado vagas!

O Governo da Coligação entende que alargar o programa “Nascer Mais” a todos os concelhos dos Açores resolve, por si só, a necessidade de um incentivo à natalidade. Nós não entendemos assim!

É necessário reforçar o desenvolvimento de políticas, que promovam o rejuvenescimento populacional, reduzindo assimetrias, promovendo uma verdadeira igualdade de oportunidades, atraindo e fixando pessoas nas nossas ilhas, concelhos e freguesias.

O PS/Açores assume-se como pioneiro no desenvolvimento de políticas sociais que assegurem que ninguém fica para trás.

É indispensável definir um conjunto de políticas públicas, que conjuguem o Emprego digno, com uma Região de Bem-Estar, assente no combate à exclusão, de auxílio aos mais carenciados, de fomento à natalidade, ao equilíbrio entre a vida familiar e profissional, ao envelhecimento ativo e à solidariedade intergeracional, bem como na implementação de políticas e práticas de promoção de hábitos de vida saudável.

Lamentamos que o Governo não demonstre a intenção de reavaliar a criação das áreas marinhas protegidas, em curso.

O processo, não pode, nem deve, ser feito contra os pescadores, ignorando que integrá-los na decisão através da sua participação, e reconhecimento do mérito das opções tomadas, é a melhor forma de garantir a eficácia dessa proteção dos nossos recursos!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Secretários Regionais,

Poderia continuar a acentuar as diferenças entre os projetos políticos. Dispensamo-nos de o fazer, porque elas são claras e evidentes, na generalidade das áreas de governação!

Este é um programa mal-organizado, com ideias que se repetem, que se atropelam e que se contradizem. É um programa que parece estar em dieta forçada.

É, direi a este propósito, um Programa que, no que toca à Estratégia do Espaço, parece estar muito mais avançado do que na realidade está, ora vejamos, “Acesso e retorno do Espaço – voos orbitais, voos suborbitais, operações de retorno”, entre outros... esquecem-se de desenvolver, como nós defendemos, um Plano de Implementação para a Estratégia dos Açores para o Espaço que destaque o potencial do sector espacial na Região e os benefícios para o conjunto da economia açoriana.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Secretários Regionais,

Findos que estão estes três dias de debate parece-nos ter ficado *explícito (mais uma vez), separam-nos aspetos fundamentais, que se constituem como opções estruturantes de governação.

Findos estes três dias de debate manteve-se a incapacidade do Governo em assegurar qualquer abertura a outras propostas e a outro caminho.

Bem sabemos que aquilo que a Coligação desejava era que o PS se submetesse aos seus ditames, para não ferir uma alegada estabilidade, abstendo-se ou, porventura, votando a favor!

Esquecem-se, e nunca é demais relembrar, que quem feriu a estabilidade de governação foi exatamente esta Coligação, que apregoa a continuidade, que não conseguiu manter os acordos que então tinha, provocando a queda do Governo que apoiava.

O Partido Socialista honrará os seus compromissos e a vontade de todos aqueles que votaram no dia 4 de fevereiro de 2024.

O Partido Socialista/Açores é, e será, o maior partido da oposição, nos Açores e é esse lugar que ocupamos e ocuparemos até às próximas eleições legislativas regionais!

Na política, como na vida, cabe a cada um assumir as responsabilidades da sua ação e das suas escolhas.

Nós sabemos, muito bem, onde estamos. Estamos onde os Açorianos quiseram que estivéssemos! Honraremos esse lugar!

Todos os dias!

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 15 de março de 2024.

O Presidente do Grupo Parlamentar: João Castro

